



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

IARA FERREIRA OLIVEIRA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA
PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE - BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

IARA FERREIRA OLIVEIRA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA
PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão
Pública da Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em Gestão
Pública.

Orientador: Prof. Me. Francisco Sávio de Oliveira
Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O47f

Oliveira, Iara Ferreira.

Formação continuada de professores : uma análise da política pública de formação continuada de professores em São Francisco do Conde - BA / Iara Ferreira Oliveira. - 2018.

34 f. : il.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientador: Prof. Me. Francisco Sávio de Oliveira Barros.

1. Política pública. 2. Professores - Formação - São Francisco do Conde (BA).
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 371.12098142

IARA FERREIRA OLIVEIRA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA
PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM SÃO
FRANCISCO DO CONDE - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 27/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisco Sávio de Oliveira Barros (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Me. Ailana Linhares de Sousa Medeiros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Aos meus pais, irmãos e irmãs, com muito amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor, bondade, e por todos os dias estar presente em minha vida, cuidado de mim. Obrigada, meu Pai Celestial.

Aos meus pais, pessoas maravilhosas que me ensinaram amar, respeitar e ter paciência nos dias turbulentos. Meu pai Manoel, obrigada, pela força, carinho e dedicação. Sei que o senhor não mediu esforços para me ajudar, te amo pai. À minha querida mãe Bernadete, obrigada, por ser tão amorosa, paciente e me ajudar a realizar esse sonho. Agradeço-lhe, mãe, por todo seu amor.

Ao meu querido irmão, Dinacé, (Dina) como eu gosto de chamá-lo, obrigada pela paciência e apoio, pela presença nas horas que eu mais precisei. Aos meus irmãos, Eraldo e Iran, pelo estímulo. Às minhas irmãs, Zenilde, Simone, Diana, Manuela (Manú) e Iolanda, que sempre me incentivaram nos estudos. Obrigada, pelo carinho de todas vocês!

Ao meu sobrinho, Ezequiel, pela contribuição na transcrição das entrevistas.

À Crislaine, minha sobrinha. Cris, obrigada pela parceria, pela companhia agradável mesmo que a distância. Sou-lhe grata pelo carinho e paciência!

À Samara, minha amiga do coração, sou grata pela confiança, parceria, apoio e carinho. Sei que nossa amizade ultrapassou os muros da UNILAB e que posso contar com você em qualquer momento de minha vida. Obrigada pelo laço de amizade que construímos juntas.

À professora Dra. Ivonete Amorim, por ter me incentivado a trilhar esse novo caminho em minha vida.

Ao professor Francisco Sávio de Oliveira Barros, meu orientador, pela sabedoria, serenidade, paciência e confiança, transmitidas durante a construção desse processo formativo. Professor admiro sua sensibilidade, obrigada pelo estímulo e carinho.

Às colaboradoras da pesquisa, que me permitiram fazer este estudo.

Às amigas, Janieli e Katiana (Kate), pelo estímulo e parceria na jornada que trilhamos em São Francisco do Conde.

Aos professores do curso de Gestão Pública da UNILAB, que contribuíram para minha formação.

“A mudança no futuro da formação continuada deve estar na condição de que os professores assumam ser sujeitos da formação, compartilhando seus significados, com a consciência de que todos somos sujeitos quando nos diferenciamos trabalhando juntos, e desenvolvendo uma identidade profissional, sem ser um mero instrumento nas mãos de outros.” (IMBERNÓN, 2010, p.78).

RESUMO

O presente estudo apresenta reflexões sobre a Política Pública de formação continuada de professores em São Francisco do Conde – Ba. No contexto atual, percebemos que a formação continuada de professores tem se tornado cada vez mais uma demanda dos municípios. A questão de pesquisa foi: Qual a importância da Política Pública de formação continuada de professores no desenvolvimento profissional dos professores? O objetivo geral foi: Identificar a importância da Política Pública de formação continuada de professores no desenvolvimento profissional dos professores. Sendo os específicos: Compreender a Política Pública de formação continuada de Professores do município de São Francisco do Conde; conhecer as percepções das professoras sobre a Política Pública de formação continuada de Professores adotada nos últimos dois anos no município; e analisar as percepções das professoras sobre a política pública de formação continuada de professores do município de São Francisco do Conde. A metodologia ancorou-se em uma pesquisa de caráter qualitativo, inspirada no tipo estudo de caso, tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e análise documental. Nas entrevistas as professoras afirmaram que, o Programa de formação continuada permitiu a socialização de conhecimentos, a participação de momentos formativos, nos quais discutiram a educação em termos gerais e, perceberam a necessidade constante de refletirem sobre a sua prática docente. As professoras também apresentaram insatisfações referentes aos conteúdos trabalhados, relataram a falta de conteúdos direcionados para o trabalho em creche, segundo as professoras os conteúdos estudados não tinham relação direta com a sua vivência de sala de aula.

Palavras-chave: Política pública. Professores - Formação - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

The present study presents reflections on the public policy of continuing education of teachers in São Francisco do Conde – Ba. In the current context, we perceive that the continuing education of teachers has become increasingly a demand of the municipalities. The research question was: what is the importance of the public policy of continuing teacher education in the professional development of teachers? The general objective was: to identify the importance of the public policy of continuing teacher education in the professional development of teachers. The specifics being: Understanding the public policy of continuing education of teachers in the municipality of São Francisco do Conde; Know the teachers ' perceptions about the public policy of continuing education of teachers adopted in the last two years in the municipality; and analyze the teachers ' perceptions about the public policy of continuing education of teachers in the municipality of São Francisco do Conde. The methodology was anchored in a qualitative research, inspired by the type of case study, having as instruments of data collection The semi-structured interview and documentary analysis. In the interviews, the teachers affirmed that the program of continuing education allowed the socialization of knowledge, the participation of formative moments, in which they discussed the education in general terms and, perceived the constant need for Reflect on their teaching practice. The teachers also presented dissatisfaction regarding the contents worked, reported the lack of content directed to the work in daycare, according to the teachers the contents studied were not directly related to their experience of living room Class.

Keywords: Public policy. Teachers - Training - São Francisco do Conde (BA).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	12
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES	12
2.2	BASES LEGAIS PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	15
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ÂMBITO NACIONAL	18
3	METODOLOGIA	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES	20
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO CASO	20
4.2	CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA VISÃO DOS PROFESSORES	22
4.3	PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE	24
4.4	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS PELA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÓTICA DAS PROFESSORAS	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO	34

1 INTRODUÇÃO

Discutir a Política Pública de formação continuada de professores em São Francisco do Conde – Ba, demanda construir relações com os principais desafios da administração pública dos municípios, que é elaborar e desenvolver políticas públicas que correspondam aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que são estabelecidos pela constituição federal e a Emenda Constitucional nº19 de 1988, a qual trata do princípio de eficiência.

No contexto atual, percebemos que a formação continuada de professores tem se tornado cada vez mais uma demanda dos municípios. Nessa perspectiva, os governantes têm investido na contratação de empresas que prestem esse serviço de formação continuada em parceria com as Secretárias Municipais de Educação.

Observa-se, que o Estado tem notado a importância de valorizar a formação continuada dos professores e, a partir da década de 90, vem incentivando o aperfeiçoamento dos professores em exercício e estimulando a mudança de nível, através das licenciaturas para aqueles que ainda não possuíam nível superior.

Os estudos sobre essa temática ainda são poucos, se considerarmos a necessidade de refletir sobre esse tipo de política pública municipal, iremos concordar que ainda há um percurso longo a ser trilhado. Fazendo o estado da arte no Repositório Institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, não encontramos pesquisas que discutam essa temática específica.

Considerando essa perspectiva, a necessidade de se discutir a temática nasce das experiências vividas durante o meu 1º ano como concursada na função de Agente de Apoio da Educação Infantil do Município de São Francisco do Conde, onde ouvir vários relatos de colegas professoras, que diariamente comentavam sobre a formação continuada que estavam recebendo. Nesse período, tive a oportunidade de ouvir discursos distintos sobre o mesmo curso de formação.

Nesse contexto, surgiram algumas inquietações que me fizeram pensar sobre as implicações da política pública de formação continuada de professores, adotada pela administração pública municipal, no ano de 2017, do município acima citado; e nas contribuições desta formação para a prática pedagógica dos professores. Dessa forma, elaboramos a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância da Política Pública de formação continuada de professores no desenvolvimento profissional dos

professores?

Pesquisar sobre este tema pode possibilitar uma ampla reflexão sobre a importância da elaboração de políticas públicas de formação de professores, que levem em consideração os princípios da administração pública que constam da Constituição Federal.

Para iluminar essa pesquisa, escolhemos o objetivo geral: Identificar a importância da Política Pública de formação continuada de professores no desenvolvimento profissional dos professores. Sendo os específicos: Compreender a Política Pública de formação continuada de Professores do município de São Francisco do Conde; conhecer as percepções das professoras sobre a Política Pública de formação continuada de Professores adotada nos últimos dois anos no município; e analisar as percepções das professoras sobre a política pública de formação continuada de professores do município de São Francisco do Conde.

Com efeito, este trabalho monográfico ficou estruturado em quatro seções. A primeira, consta dessa introdução, a qual explicita no seu bojo apresentação do objeto, da questão de pesquisa, dos objetivos, teóricos e apresentação das seções. Na segunda seção, intitulada “Breves considerações sobre políticas públicas”, explicita os pressupostos das políticas públicas de formação continuada de professores.

Na terceira seção, “Metodologia”, especificamos o caminho metodológico, o qual se ancorou em uma pesquisa de caráter qualitativo, inspirada no tipo estudo de caso, que teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Na quarta seção, “Resultados e discussão das informações”, apresentamos a análise dos resultados, a qual foi retirada da coleta das informações.

Por fim, nas “Considerações finais”, entrelaçamos algumas reflexões acerca das contribuições da política pública de formação continuada de professores, organizada pela administração pública do município de São Francisco do Conde em 2017; de acordo com as percepções das professoras da Educação Infantil.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Para refletir sobre políticas educacionais é necessário antes discutir sobre os

vários sentidos de políticas públicas. A definição dessa expressão é um tanto complexa, mas vamos nos arriscar. Política pública é toda e qualquer atuação do governo. Leis, programas, pactos, projetos, estratégias e recursos implementados pelo governo com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida à sociedade.

Segundo Robert Alexy (*apud* BUCCI, 2002, p.241),

As políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato.

A formulação de uma política pública se inicia a partir de uma hipótese, as instituições pensam em algo que necessita ser modificado e passam a elaborar formas de solucionar aquilo que está provocando problemas para o público.

Sobre a questão do nascimento das políticas públicas, Boneti reitera que “toda Política Pública é originada de uma ideia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade” (BONETI, 2012, p.19). Dessa forma, entendemos que o surgimento de uma política pública está atrelado a concepções que fundamentem a elaboração e, também, do desejo de construir tal proposta.

A política pública está intimamente ligada às ações do governo em direção à sociedade civil. Isso não significa dizer que a política pública abarca toda a sociedade, independentemente de idade, sexo, cor ou padrão social. Ou seja, o público – as pessoas – que irá se beneficiar de determinada política pública, irá depender de questões específicas. Por exemplo, uma política pública destinada a mulheres gestantes, tem como público mulheres e não, homens.

Para Cavalcanti, política pública

[...] é um curso de inação ou ação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema que é expresso no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo. A política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por gestores públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos. (CAVALCANTI, 2012, p.41).

Diante dessa perspectiva, Cavalcanti chama a nossa atenção para a inação

das autoridades, explicando que até a escolha de não fazer algo está ligada aos intuitos do governo em relação às ações. Ou seja, a política pública é entendida pela autora como caminho que determina as ações do governo, sejam elas de fazer algo ou não fazer.

Entende-se como política pública a ação desenvolvida pelo estado, para o público, ou seja, para a população seja ela de classe dominante ou popular. A criação dessas políticas envolve interesses múltiplos, que estão atrelados até mesmo a fatores históricos, emergenciais e a relações de poder.

Podemos dizer que o estado é indispensável no planejamento de políticas públicas. Isto se dá pelo fato dele ser o administrador dessas políticas, no entanto não podemos desconsiderar os diversos fatores que influenciam no contexto da elaboração dessas políticas. Sabemos que um desses fatores é o sistema econômico vigente, pois tem grande poder influenciador sobre o estado.

Vejamos que, nos últimos anos, algumas propostas de atuação do governo na área da educação estão ligadas às recomendações do Banco Mundial, refletindo a busca incessante do estado em apresentar resultados. Mesmo que as políticas públicas tenham como foco um grupo específico como acontece na educação, não significa que este grupo tenha interesse em tal proposta, muitas vezes o governo elabora as propostas pensando nos seus próprios interesses.

Boneti (2012), em relação à afinidade entre as políticas públicas e a economia, afirma que:

entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (BONETI, 2012, p.27)

Nesse sentido, fica evidenciado, na fala de Boneti, que as políticas públicas abrangem relações de poder. O estado não está sozinho, e a tomada de decisões é influenciada por forças maiores. Tais afirmações reforçam a teoria de que as atuações do governo, os compromissos e as estratégias firmadas em busca da resolução de problemas, com vistas a intervir na sociedade, na maioria das vezes, estão ligadas a interesses econômicos.

A elaboração de políticas públicas não se resume apenas a interesses

econômicos. Há uma cobrança de sindicatos, organizações, igrejas, comunidades e grupos sociais representantes de minorias que anelam por melhores condições de vida, como: respeito às diferenças, igualdade social e liberdade de expressão. Para estes grupos da sociedade, isso tem que ser garantido pelo poder público, não só em forma de lei, mas com ações que promovam a conscientização da sociedade. É aqui que entra as políticas públicas como interesse do povo e, não só do estado.

É importante dizer que nem sempre as políticas públicas implementadas alcançam os resultados esperados. Isso decorre, talvez, por falhas na construção, ou até mesmo por erros na implementação dessas políticas. E, às vezes, os atores, envolvidos na ação de implementação, não concordam com a estrutura das políticas públicas, as pessoas reclamam de não fazer parte do processo de elaboração dessas políticas.

2.2 BASES LEGAIS PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Definir o termo formação continuada, à primeira vista, parece ser até fácil, no entanto, não é. A formação inicial é o que vem primeiro, é o começo. Então, o que vem depois desse começo é a continuação. Nesse sentido, a formação continuada consiste na continuidade do processo formativo e em toda forma de aperfeiçoamento da docência.

A participação dos professores em grupos de estudo, palestras, programas de formação continuada, cursos de aperfeiçoamento, seminários, pós-graduação, especialização, e até mesmo a mudança de turma - o professor que trabalha somente com a Educação Infantil, passa a trabalhar com Educação de Jovens e Adultos (EJA) - consideramos fazer parte da formação continuada, pois a experiência faz parte desse processo de formação continuada.

Para Gatti (2008), a formação continuada pode se configurar como estudos organizados e desenvolvidos depois da graduação ou, posteriormente, o ingresso na docência; ou ainda, alguma atividade que contribua para o desempenho profissional do professor.

Nóvoa (2002) vai mais além, ao explicitar a escola como base para a realização da formação continuada, pois

a formação contínua alicerça-se na dinamização de projectos de investigação-acção nas escolas, passa pela consolidação de redes de trabalho colectivo e de partilha entre os diversos actores educativos, investindo as escolas como lugares de formação. (NÓVOA, 2002, p.40)

Nessa perspectiva, a formação continuada supera o conceito de complementação da formação inicial. Nóvoa (2002) revela um novo sentido a essa temática e revela que essa formação deve contribuir para investigação-ação nas escolas, ou seja, a formação não deve colaborar apenas com o professor e, sim, contribuir para a qualidade da educação nas escolas.

Desde a década de 90, a educação básica no Brasil vem sofrendo impactos significativos no modo como deve se pensar a educação. O marco legal que impulsionou essa época e reflete até os dias de hoje é a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n.9.394/96– LDB/96). Com a LDB é instituída a década da educação.

O artigo 67º da LDB determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, no inciso segundo, o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” (BRASIL, 1996).

Observa-se, que o Estado tem notado a importância de valorizar a formação continuada dos professores e, a partir da década de 90, vem incentivando o aperfeiçoamento dos professores em exercício e estimulando a mudança de nível, através das licenciaturas para aqueles que ainda não possuíam nível superior.

A educação é então pensada como indispensável para a formação do cidadão. Vejamos o que diz o art. 1º, parágrafo 2º: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (BRASIL, 1996). Observando cuidadosamente o exposto, entendemos que cabem as instituições de ensino unir-se ao mundo do trabalho e à sociedade com o dever de proporcionar a formação cidadã.

Em meio a essas exigências educacionais, a escola tem o compromisso de dar conta das aprendizagens dos estudantes, e isso se torna difícil se os professores não tiverem formação adequada para tal fim, é aqui que entra a formação continuada. As escolas não estavam preparadas para atender as demandas dos estudantes, e coube ao estado criar alternativas que favorecessem o aperfeiçoamento dos professores.

Uma dessas alternativas é o Sistema Nacional de Certificação e Formação

Continuada de Professores da Educação Básica, que foi instituído em 9 de junho de 2003, pela Portaria nº 1.403, que compreende no inciso II “os programas de incentivo e apoio à formação continuada de professores, implementados em regime de colaboração com os entes federados” (BRASIL, 2003).

Através dessa portaria, o Ministério da Educação fez um documento intitulado “Matrizes de referências - anos iniciais do Ensino Fundamental”, no qual o governo também reforçava o compromisso do estado com a formação continuada dos professores. Com isso, percebemos que, em busca de aumentar a qualidade da educação, o governo tem intensificado suas ações e vem criando, a cada ano, estratégias que proporcionam aos professores uma formação continuada com mais qualidade.

Outra estratégia do governo em busca de melhores qualidades na formação dos profissionais da educação é a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Tem por finalidade apoiar a oferta e a ampliação de cursos de formação continuada aos profissionais do magistério, através das instituições públicas de educação superior.

Observemos o que prevê a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, em seu

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância.

§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado. (BRASIL, 2009).

Desse modo, percebemos que, trabalhar com essa perspectiva de formação continuada que visa melhorar a qualidade da educação através da escola, torna visível a imensidão de possibilidades que essa formação nos permite. O professor tem a possibilidade de refletir sobre sua prática e modificá-la ao mesmo tempo.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ÂMBITO NACIONAL

Analizando, pois, a importância da formação continuada de professores para as atuais políticas públicas em educação no Brasil, com o intuito de superar a carência de professores qualificados em exercício na educação básica. Observamos que há algumas iniciativas que foram desenvolvidas pelo Ministério da educação e pelas secretarias Estaduais de Educação; daremos enfoque ao Pró-Letramento, (programa de âmbito nacional), e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (programa também de âmbito nacional), que o estado da Bahia aderiu.

O Pró-Letramento foi um programa de formação continuada de professores, realizado pelo MEC, em 2005, em conjunto com as universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com os estados e municípios. Visava à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental.

Todos os professores, em exercício nas séries iniciais do Ensino Fundamental, poderiam participar das formações. O curso de formação continuada de professores era na modalidade semipresencial, com duração de 120 horas, divididas em 84 horas presenciais e 36 à distância. Os encontros presenciais eram ministrados por orientadores e tutores; o material distribuído aos docentes era impresso e em vídeo e o curso tinha duração de 8 meses.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, instituído em 4 de julho de 2012, pela Portaria nº 867, é um acordo formal que articula as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, juntamente com o Ministério da Educação (MEC), e apresenta um eixo específico para a formação continuada de professores.

O curso é presencial, tem duração de 2 anos, sendo que são 120 horas por ano, e é ministrado pelos orientadores de estudo. As atividades do curso são organizadas da seguinte forma: encontros mensais com os orientadores de estudo; seminários; atividades extraclasse; e aplicação de trabalhos nas turmas em que leciona. Só podem participar da formação os professores em exercício.

Os conteúdos apresentados aos professores alfabetizadores têm como base a prática do professor. Desta forma, foca-se o trabalho pedagógico como objeto de reflexão, através do qual os professores discutem concepções de alfabetização e

compartilham as experiências vivenciadas com a turma da alfabetização.

3 METODOLOGIA

A trama metodológica desse estudo consiste em uma pesquisa de caráter qualitativo, inspirada no tipo estudo de caso. Segundo Minayo (2000), “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.” (MINAYO, 2000, p.21-22). Com efeito, o olhar da autora nos remete a perceber o que diz e o que pensa os sujeitos da pesquisa.

Uma das características fundamentais do estudo de caso é que este estudo enfatiza a interpretação do contexto. Essa singularidade é importante “para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou a problemática determinada a que estão ligadas”. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.18-19).

Desse modo, elencamos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e análise documental. Optamos pela entrevista semiestruturada por essa ter um caráter mais flexível, tem uma estrutura básica que permite ao entrevistador fazer adaptações necessárias. “A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34), possibilitando, assim, uma participação efetiva dos sujeitos entrevistados, em face da consideração do que narram, sentem e compreendem sobre o objeto estudado.

Já a análise documental é um instrumento que completa a coerência interna deste estudo, pois representa “uma fonte “natural” de informação. Não é apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surge num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.39). Nesse sentido, é importante dizer que os documentos são ferramentas que podem fundamentar declarações do pesquisador.

Foi apresentado o projeto de pesquisa às professoras que estavam de acordo com os critérios estabelecidos para esta pesquisa. Os critérios para a seleção das

professoras foram: ser professor efetivo do município de São Francisco do Conde; ter participado do Programa de Formação Continuada, desde a primeira etapa de formação; e estar atuando em uma turma de Educação Infantil, especificamente em creche, 7 professoras aceitaram colaborar com a pesquisa.

As professoras participantes dessa pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dessa forma, foram aplicados os procedimentos éticos de proteção dos participantes. Após preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (consta no apêndice B), e o preenchimento da ficha de dados do Perfil profissiográfico, as entrevistas foram agendadas, e cada professora foi entrevistada separadamente, em local definido por elas. Cada entrevista durou, em média, trinta minutos. O roteiro de entrevista consta no apêndice A, dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CASO

São Francisco do Conde é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Salvador, no estado da Bahia. Recentemente abriu concurso público para o provimento de profissionais da educação. Em 2017 os aprovados no concurso tomaram posse, muitos dos que foram aprovados no concurso, eram professores recém-formados e, que tinham ou não experiência em sala de aula.

O Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação de São Francisco do Conde foi realizado por uma entidade civil, sem fins lucrativos que realiza cursos de capacitação continuada para funcionários e servidores públicos, conforme a informação que conta no site oficial da prefeitura. As formações aconteciam aos sábados e, geralmente, acontecia uma formação por mês, foram 200h de curso, sendo que 60h foram pra atividades semipresenciais. A ação pedagógica ocorria na Escola Arlete Magalhães (antigo CEJAL), no mesmo dia, aconteciam as formações dos professores e coordenadores dos outros segmentos.

Quadro 1 - Caracterização das colaboradoras

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO	CLASSE QUE ATUA
Professora 1	25 anos	Pedagogia	Não possui	04 anos	Grupo 1
Professora 2	40 anos	Pedagogia	Educação Infantil	20 anos	Grupo 2
Professora 3	27 anos	Pedagogia	Alfabetização e Letramento	6 anos	Grupo 3
Professora 4	25 anos	Pedagogia	Políticas públicas na educação básica	1 ano e 4 meses	Grupo 1
Professora 5	29 anos	Pedagogia	Educação Física	6 anos	Grupo 3
Professora 6	32 anos	Pedagogia	Educação Infantil	1 ano e 6 meses	Grupo 3
Professora 7	34 anos	Pedagogia	Gestão de projetos sociais	1ano	Grupo 2

Fonte: São Francisco do Conde, OLIVEIRA, 2018

Diante do objetivo primeiramente proposto nessa pesquisa de Identificar a importância da Política Pública de formação continuada de professores no desenvolvimento profissional dos professores, foi perceptível nas respostas dadas pelas colaboradoras na entrevista, que o Programa de formação continuada permitiu às professoras um crescimento profissional, pois, as mesmas fizeram uma análise das suas práticas em sala de aula. No entanto, as professoras apresentaram as suas queixas sobre a forma como os conteúdos foram trabalhados nos espaços formativos.

4.2 CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA VISÃO DOS PROFESSORES

A partir das falas das professoras foi possível perceber que o Programa de formação continuada aqui em estudo, mostrou-se como lugar de aprendizagem, descobertas, buscas e reflexões sobre o fazer pedagógico. As professoras afirmaram ainda, que a formação continuada de professores é uma carência dos professores em exercício e de extrema importância, pois, os mesmos precisam estar sempre se qualificando para suprir a demanda dos discentes e a necessidade educacional no município em que atuam.

Todas as professoras, quando perguntadas se o programa de formação continuada contribuiu para o seu desenvolvimento profissional; responderam que sim. No entanto, quando perguntadas se contribuía para a sua prática diária de sala de aula, apenas uma professora afirmou que contribuiu.

Ressaltaram ainda em seus comentários:

[...] eu adquiri mais conhecimentos, tive oportunidades de compartilhar saberes com colegas, professores e professoras e adquiri mais conhecimento com os professores e as professoras, os monitores das oficinas e das aulas. (PROFESSORA 1)

[...] não ficou só na parte teórica, partimos também para a parte prática, para aprender a estar confeccionando jogos, a desenvolvendo oficinas, então no meu ponto de vista esse assim, foi a minha maior contribuição que essa formação teve para mim. (PROFESSORA 2)

As formações são importantes para mim, pois, eu iniciei a docência sem experiência na área em São Francisco do Conde, o estágio da faculdade não nos prepara para assumir sala de aula, então assim as formações elas são importantes nesse quesito, para gente tá aperfeiçoando nossa prática, ta aprimorando e criando estratégias para que possamos contribuir e criando estratégias para melhorar a aprendizagem dos nossos alunos. (PROFESSORA 6)

Como tenho pouca experiência, o curso de formação continuada contribuiu significativamente para que eu tenha maior embasamento para minha prática profissional. (PROFESSORA 7)

As professoras citaram ainda, o Programa de formação continuada, organizado pela Administração Pública do Município, como uma tentativa dos Sistemas Educacionais para a superação de políticas e programas de formação contínua, ineficientes para resolver os graves problemas da educação. Contudo, quando perguntadas se sentiram motivação para estarem presentes nas aulas do

curso de formação continuada, as professoras em sua, maioria revelaram não sentir vontade de ir para as formações.

A falta de interesse em estar presente nas formações se deu, segundo as professoras, pelo fato dos conteúdos trabalhados no curso serem descontextualizados com suas práticas diárias, como externou as professoras:

No meu ponto de vista a política do município deixa uma brecha grande referente as modalidades de formação, totalizando os seguimentos como um todo ao invés de separar por modalidades, exemplo: Educação infantil voltada para as creches e pré-escolas, fundamental I, fundamental II, nível médio, educação de jovens e adultos.(PROFESSORA 3)

Não foi muito útil porque o foco era para professores de outras áreas, então, para a minha prática a importância foi praticamente nula. (PROFESSORA 5)

Na verdade, em partes, as vezes tinham algumas palestras que não eram motivadas, eu não sentia motivação nenhuma. E outras tinha atividades mais práticas, as vezes a gente estuda muito a teoria, mas chega, na prática não é exatamente a mesma coisa, entende? Então eu senti isso, falta de atividades mais práticas, era muita coisa vindo de lá. (PROFESSORA 4)

Conclui-se, que a Administração Pública tem tomado medidas com a intenção de melhorar a formação docente, embora estas medidas ainda sejam pequenas e insuficientes, no que concerne a abrangência da formação continuada, são avanços. É preciso que os cursos de formação continuada melhorem a ponto de intervir diretamente, na prática dos professores, melhorando, dessa forma, a qualidade da educação básica.

Souza (2011) convida-nos a pensar na conservação de formas insuficientemente democráticas e hierarquizadas de implementação das políticas educacionais, ao refletirmos os discursos feitos pelos professores.

Neste sentido, Imbernón (2009) assevera que

Somente quando o professorado vê que o novo programa formativo ou as possíveis mudanças da prática que lhes é oferecida repercutem na aprendizagem de seus estudantes, mudam suas crenças e atitudes de forma significativa e supõe um benefício para o alunado e a forma de exercer a docência, então, abre-se a forma de ver a formação não tanto como uma “agressão” externa, mas como um benefício individual e coletivo. (IMBERNÓN, 2009, p.27)

Deste modo, a partir do momento que os professores compreendem que a formação continuada reverbera na aprendizagem de seus alunos e traz melhoras

para os estudantes, há uma mudança de postura, cria-se uma expectativa de aceitação do novo.

No mesmo sentido das ideias de Imbernón, Nóvoa (2002, p.40) ressalta que “a formação contínua deve estar finalizada nos “problemas a resolver”, e menos em “conteúdos a transmitir”, o que sugere a adoção de estratégias de formação-ação organizacional”. Com efeito, a formação continuada deve estar vinculada aos problemas que emergem no dia a dia dos professores, proporcionando, assim, alternativas de mudança no contexto da sala de aula.

4.3 PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA REALIZADA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BAHIA

Ao serem indagadas a respeito da forma como a política de formação continuada vem ocorrendo no município; E se os conteúdos trabalhados na formação continuada poderiam ser modificados para gerar maiores contribuições, na prática docente do professor, apenas 2 professoras revelaram estar satisfeitas com os conteúdos trabalhados. As demais professoras relataram um descontentamento com os temas e a forma na qual os mesmos vinham sendo trabalhados:

Sim, os conteúdos trabalhados eram muito abrangentes no cenário educacional, não focava muito na educação infantil que é a minha área desde o início até meados do curso não teve muita coisa, só nos últimos encontros teve uma oficina bem interessante que teve oficinas de teatro teve sensações teve muita coisa interessante ludicidade que dava para a gente trabalhar na educação, mas no início não era assim era mais abrangente para todos os professores desde a educação infantil até as séries finais do ensino fundamental. (PROFESSORA 1)

Como sou professora de educação infantil, penso que poderia ficar mais nas questões inerentes a nossa prática profissional, é uma área muito específica que demanda criatividade, motivação e outros fatores exigindo assim que tenhamos mais contato com novidades dicas de como trabalhar de forma mais efetiva. (PROFESSORA 7)

Eu acho assim porque a gente entrou agora nesse concurso eu fiquei um pouco perdida, inclusive em relação à proposta do município, uns diziam que a criança tinha que sair aprendendo nem que saiba o nome e outras coisas, outros diziam que não necessariamente teria que ter o a aprendizagem da escrita, que as crianças deveriam apenas brincar, aprender brincando né como eu também imaginei que seria assim, mas ficou meio confuso essa situação, eu acho que assim, nesse processo de formação deveria deixar claro sobre a proposta do município, já que é um curso de formação continuada. (PROFESSORA 4)

No quesito referente ao que sentiram ausência nas formações, as professoras revelaram as suas insatisfações em não ter participado do processo de elaboração dessa política pública de formação, também criticaram outros aspectos do Programa de formação:

Eu acredito que seria mais viável para os educadores participar de uma formação continuada em que, no decorrer da elaboração desse projeto, dessa formação, tivesse opiniões de educadores. O que queriam que fosse debatido? Qual era a dificuldade que eles sentiam na sala de aula? Na escola dele? Então eu acho assim que tinha que ter mais a participação do educador, do professor, sugerindo o que se trabalhar o que se questionarem, as dúvidas que se poderiam ser tiradas, e eu achei assim que ficou um pouco a desejar nessa questão. Deveria tem mais a participação do professor com sugestões antes mesmo de colocar o projeto em prática, na própria elaboração do projeto eu acho que deveriam estar, assim ouvindo sugestões, discutindo o quê que poderia ser trabalhado nessas formações. (PROFESSORA 2)

[...] Me sentir prejudicada de participar de uma formação homogênea, direcionada a todos da educação, sem diferenciar para qual público eu estava dando aula. (PROFESSORA 5)

Senti falta da parte mais prática, porque a gente vê muito conteúdo, muita teoria, e a gente precisa de prática, de como fazer. Porque a gente adquire o conhecimento né, eles discutem [...], mas aí a gente precisa saber na prática, no real, na vivência de como desenvolver. (PROFESSORA 6)

Senti muita falta de atividades práticas, direcionadas para a educação infantil. O curso parecia mais uma palestra... quase sempre era só teoria. (PROFESSORA 7)

Diante das falas apresentadas anteriormente, ficou evidenciado que os atores a quem a política pública de formação continuada é destinada, queixam-se, de não serem ouvidos e, lamentam a forma como essas políticas vêm sendo elaboradas e implementadas.

Gerenciar a administração pública não é uma tarefa fácil, é um pouco complexa e tem diversas nuances que não de ser consideradas pelos autores envolvidos no processo. Segundo Modesto (2000), não cabe apenas ao administrador agir de forma legal e com neutralidade, é imprescindível que o mesmo atue com eficiência, rentabilidade, aumentando os recursos e causando resultados aceitáveis.

As professoras, afirmaram que perceberam ao decorrer das experiências na formação continuada fornecida pelo município de São Francisco do Conde, que “os profissionais contratados para ministrar as aulas não tinham um olhar especial voltado para as creches na sua grande maioria”, tratavam os conteúdos como um todo, dessa forma, dificultava a contribuição para o ensino na educação infantil, no

que diz respeito às creches.

Nessa perspectiva, Nóvoa (2002) salienta que participar de um processo formativo sugere um investimento criativo sobre sua própria concepção de formação.

Reis explica que:

Uma integração entre os conhecimentos científicos e o cotidiano das escolas de educação básica possibilitará ao professor uma formação mais sólida, que lhe dará condições para atuar com segurança e buscar metodologias mais apropriadas e mais condizentes com a sua sala de aula. (REIS, 2003 p.40).

Com base no exposto, é possível compreender que a formação de professores que articula teoria e prática contribui para que o professor em exercício atue com segurança e compressão da complexidade do que é a docência. Pesquisadores da área já afirmam que o conhecimento ausente da prática se torna pobre e sem significado. A formação continuada de professores deve estar fundada na articulação entre o conhecimento científico e a práxis do professor, pois, sem essa interlocução, o professor, dificilmente, irá conseguir fazer essa interpretação do que os teóricos dizem para sua realidade.

Nessa mesma perspectiva, Imbernón (2009) defende que a formação continuada deve ser centrada nos problemas da escola. Para ele, a formação não pode estar distante do cotidiano dos professores e nem deve se ater apenas a conteúdos a transmitir, tornando os professores meros reprodutores dos conhecimentos científicos, sem nenhum nexos com a prática de sala de aula. Nesse sentido, a formação que prima pelo desenvolvimento e a melhoria na qualidade do ensino, coloca a escola como elemento decisivo no processo de elaboração dos programas de formação continuada de professores.

4.4 BENEFÍCIOS ALCANÇADOS PELA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÓTICA DAS PROFESSORAS

Para identificar os benefícios advindos com a política de formação continuada, foi perguntado às professoras, se as mesmas consideravam que a forma como a política de formação continuada vem ocorrendo no município tem contribuído para o seu desenvolvimento como profissional; Se a formação continuada responde as suas necessidades diárias em quanto docente em exercício? E o que mudou em

nelas como docente?

As reflexões feitas pelas professoras enquanto respondiam essas questões, apontaram como maiores contribuições: sensibilização para adaptar conteúdos trabalhados nas suas realidades; abertura de expectativas de uma formação voltada nos desafios da práxis; reconhecimento da importância da avaliação da própria prática enquanto docente; valorização do trabalho coletivo, dentre outros aspectos, como podemos inferir.

Eu acredito que contribuiu, mas não muito da forma que eu esperava, é o que eu adquiri, os conhecimentos que eu lá adquiri eu tento colocar em prática, fazendo uma adequação a minha etapa, a educação infantil; porque não tinha muita coisa especificamente voltada a educação infantil nas formações. (PROFESSORA 1)

Sim tem contribuído sim, mas é como eu disse anteriormente ficaria muito mais dinâmico e muito mais interessante se ouvissem nossas sugestões, o que nos angustia, quais as dificuldades nos temos de trabalhar, o que está dificultando o trabalho pedagógico dentro da sala de aula, então se fosse assim mais palestras dinâmicas voltadas para esse aspecto da dificuldade que o professor tem, mas como eu disse teve uma contribuição muito boa com algumas palestras com modelos de oficinas muito boas o que ficou a desejar foi a participação ativa na elaboração dessa formação e as opiniões dos professores, mas na minha opinião, na minha formação profissional contribuiu muito. (PROFESSORA 2)

Não é uma formação sem valor, porém acredito que pode melhorar e muito se for estudada de uma forma que possa atender a todos e todas em seus segmentos. (PROFESSORA 3)

Bom o que mudou foi a minha forma de planejar é... eu sempre busco fazer atividades mais lúdicas, brincadeiras é... e avaliar, então eu sempre estou avaliando e me auto avaliando, isso na verdade pra buscar o andamento ao desenvolvimento da criança né, tipo :se a gente vê que algum objetivo não foi atendido, aí a gente vai lá tentar replanejar, tentar refazer, criar novos recursos pedagógicos, pra atender né o objetivo. Então isso foi bastante relevante pra mim, porque eu vejo a importância do planejamento, de avaliar nesse contexto, [...] encontros tive experiências ricas que pude agregar ao meu trabalho melhorando minha prática profissional. (PROFESSORA 4)

Responde sim as minhas necessidades diárias de formação, é o que eu já falei, cada dia surge uma necessidade nova em sala de aula e, essas formações elas vem contribuindo para que a gente possa estar construindo estratégias, pra tá alcançando os objetivos que é tá fazendo com que essas crianças aprendam. (PROFESSORA 6)

As observações narradas pelas professoras externaram que, mesmo tendo boas contribuições para a formação profissional houve situações em que as professoras consideravam complexo aplicar o que aprendiam na formação nas suas salas de aula e, que não viam em muitos momentos, uma relação direta dos conteúdos trabalhados com os seus desafios diários.

Reis (2003), refletindo sobre o currículo dos cursos de formação e os seus desdobramentos para a prática, afirma que,

A teoria que deve fundamentar a prática cotidiana dos professores tem sido produzida longe das escolas. Assim, muitos profissionais são levados a uma descrença perante os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação ou capacitação, uma vez que no confronto com a realidade vivenciada, a teoria não consegue alcançar a complexidade da prática (REIS, 2003, p.37).

Dessa forma, conclui-se que a equipe gestora, da política de formação continuada de professores em São Francisco do Conde, poderia acompanhar junto aos professores os efeitos da formação no cotidiano da ação docente. Este acompanhamento resultaria num processo de observância do Princípio da eficiência nessa política de formação.

O princípio da eficiência, também pode ser entendido como “uma exigência inerente a toda atividade pública”, (MODESTO, 2000, p. 109) Dada as suas singularidades de servir o público, a administração pública deve primar por um comportamento administrativo responsável, produtivo e eficiente. Modesto (2000), explica ainda,

A obrigação de atuação eficiente, portanto, em termos simplificados, impõe:

- a) ação idônea (eficaz);
- b) ação econômica (otimizada);
- c) ação satisfatória (dotada de qualidade).(MODESTO, 2000 p.113)

Deste modo, o princípio da eficiência segundo o autor, tem o papel de fortalecer as ações de inovação do direito público, para permitir que o mesmo continue dominante no Estado democrático e social. Contribuindo assim para que os serviços públicos possam efetivamente cumprir as suas incumbências de ofertar aos cidadãos uma administração pública unindo eficiência e equidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de formação continuada se constituem como elementos indispensáveis no desenvolvimento profissional dos professores. Essa pesquisa conseguiu responder ao problema em estudo, de forma que os objetivos traçados

também foram alcançados. Constatou-se através das entrevistas, o quanto o Programa de formação continuada, realizado pela Administração Pública do Município de São Francisco do Conde, contribuiu para o desenvolvimento profissional das professoras em exercício.

Através das entrevistas realizadas com as professoras, foi possível compreender que ao participar do curso de formação continuada, as professoras socializaram conhecimentos, participaram de momentos formativos, nos quais discutiram a educação em termos gerais e, perceberam a necessidade constante de refletirem sobre a sua prática docente.

Outrossim, as professoras também revelaram o descontentamento que tiveram com a forma que os conteúdos de estudos, foram organizados pelo Programa de formação continuada. A principal insatisfação das colaboradoras da pesquisa foi a falta de conteúdos direcionados para o trabalho em creche, segundo as professoras os conteúdos estudados não tinham relação direta com a sua vivência de sala de aula, a todo o momento estas tinham que se esforçar para transformar o que estudaram dentro das suas realidades. E nem sempre esse esforço era possível, pois, o conteúdo em estudo não cabia ser trabalhado em creche. Essa ausência de conteúdos voltados para o ensino em creche, também causou uma evasão de professores no curso.

As políticas públicas de formação continuada de professores precisariam proporcionar uma nova estrutura organizativa, acredito ser fundamental antes da elaboração da política, durante e, até depois que a mesma seja implementada, que os professores sejam ouvidos, que haja um monitoramento constante e uma avaliação, para que se julgue a sua eficiência.

Não há possibilidades de eficiência na administração pública, quando o principal ator envolvido no processo é colocado apenas como expectador. Os gestores precisam elaborar formas de participação democrática na elaboração dessas políticas.

Essa pesquisa permite compreender que a Administração Pública do Município de São Francisco do Conde, precisa melhorar a forma como gere as políticas educacionais. Considera-se essencial que, no momento de planejar a formação, os gestores ouçam os professores e percebam que os mesmos necessitam de formação contínua que auxiliem e contribuam para a resolução dos seus problemas diários.

Para o aprofundamento desse trabalho, torna-se necessário entrevistar os professores dos outros segmentos, com o intuito de saber se eles partilham das mesmas inquietações relatadas pelos professores que atuam em creche. Perceber se essa visão de que, o Programa de formação continuada revelou-se distanciado da prática docente, é uma realidade de todos que participaram do curso.

REFERÊNCIAS

- BONETI, Lindomar Wessler. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 5, p. 17-28, dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- BRASIL. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Palácio do Planalto**, 30 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6755impressao.htm>. Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** (Livreto informativo). Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 20 de Jan. 2016.
- _____. Portaria nº 1.403, de 09 de junho de 2003. Institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/p1403.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- _____. Ministério da Educação. Pró-Letramento. Disponível em: <portal.mec.gov.br/pro-letramento>. Acesso em: 20 de Jan. 2016.
- _____. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Palácio do Planalto**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e políticas públicas. São Paulo, Saraiva, 2002.
- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17

ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

MODESTO, Paulo. Notas para um Debate sobre o Princípio da Eficiência. **Revista do Serviço Público**. v. 51n. 2 abr./jun. 2000. Disponível em:<revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/328/334>. Acesso em: 20 de Ago. 2018.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1º Qual a contribuição da formação continuada para você enquanto professora da Educação Infantil?

2º Pensando nas suas necessidades de formação continuada, como você avalia a política pública de formação continuada de professores adotada pela administração publica desse município?

3º Como você percebe os princípios que orientaram a política de formação continuada que você participou?

4º Você considera que a forma como a política de formação continuada vem ocorrendo no município tem contribuído para o seu desenvolvimento como profissional?

5º Você acredita que os conteúdos trabalhados na formação continuada poderiam ser modificados para gerar maiores contribuições na prática docente do professor? O que você destaca?

6º Você se sentiu motivada à participar das ações de formação continuada?

7º De que você sentiu ausência nas formações?

8º Qual o seu sentimento de ter participando das Formações? O que mudou em você como docente?

9º A formação continuada responde as suas necessidades diárias em quanto docente em exercício?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Prezados(as) Senhores(as):

Solicito sua participação voluntária na pesquisa intitulada _____,
de minha responsabilidade, _____,
_____, graduando(a) da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, sob a orientação
do/da _____. Este projeto tem como objetivo
geral _____. O(s) procedimento(s) de coleta
de dados adotado(s) ser(ão) _____.

A qualquer momento, os(as) Senhores(as) poderá(ão) solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir de sua participação. Eu estarei apta a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa ou não.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e da monografia, contudo, assumo a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo das participações. Nomes, endereços e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem estes dados.